



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
SECRETARIA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
E SOCIOAMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL**



**ELEMENTOS PARA O DEBATE E ORIENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA
METODOLOGIA DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO PROJETO DOM HÉLDER
CÂMARA III (PDHC III)**

TED Nº 30879420240054-003584/2024 (UFRPE/SFDT) - PROJETO DOM HÉLDER
CÂMARA III (PDHC III)

Fevereiro de 2025

SUMÁRIO

1. Introdução.	3
2. Princípios da abordagem territorial e o PDHC III.....	4
3. Sugestões para o processo participativo de desenvolvimento da metodologia.	7
4. Sugestões para a metodologia ativa e participativa de atuação territorial do PDHC III.....	9
4.1. Elementos que podem orientar os procedimentos metodológicos.....	15
5. Referências bibliográficas.....	18

1. Introdução.

Este documento foi elaborado pela SFDT/MDA com o objetivo de reunir algumas referências conceituais e metodológicas a serem consideradas no desenvolvimento da metodologia da abordagem territorial da terceira fase do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC III), no âmbito do TED SFDT-UFRPE nº 30879420240054-003584/2024.

Não se trata de uma relação exaustiva, muito menos rígida, de referências sobre o tema. Ao contrário, são elementos iniciais para contribuir com a reflexão coletiva entre MDA, UFRPE e demais atores envolvidos no processo participativo de desenvolvimento da metodologia da abordagem territorial.

A abordagem territorial é central no PDHC III. O projeto está sendo planejado e implementado segundo a abordagem territorial de desenvolvimento rural sustentável, considerando o território rural como unidade de referência e buscando promover a participação social e a sinergia entre os sujeitos dos territórios, a integração de políticas públicas e o fortalecimento da articulação federativa.

Para isso, consideramos que é fundamental:

- Desenvolver uma abordagem territorial de atuação do PDHC III com foco no capital social dos territórios;
- Internalizar nas equipes de implementação e nos sujeitos dos territórios a importância da abordagem territorial e da construção coletiva desse processo no PDHC e para além do PDHC;
- Conceber o desenvolvimento territorial sustentável enquanto um processo endógeno do próprio território, elaborado e realizado pelos próprios sujeitos que vivem e constroem cotidianamente o território enquanto um espaço de vida e de disputa, em toda a sua diversidade e complexidade.
- Pensar elementos do desenvolvimento territorial sustentável, na perspectiva de ações, projetos, programas e políticas construídos de forma

intersetorial e integrada, a partir da escuta coletiva da diversidade de atores presentes nos contextos locais – do poder público e da sociedade civil –, com objetivo de superar o debate setorial da gestão das políticas públicas;

- Construir mais e melhores capacidades endógenas e exógenas;
- Construir novas institucionalidades de governança territorial e fortalecer as existentes.

Nesse sentido, apresentamos a seguir alguns princípios da abordagem territorial e sua importância para o PDHC III; sugestões para o processo participativo de desenvolvimento da metodologia da abordagem territorial, a ser conduzida no âmbito da meta 1 do TED SFDT-UFRPE; além de sugestões para a metodologia em si, detalhando sugestões de procedimentos que dialogam com os princípios apresentados.

2. Princípios da abordagem territorial e o PDHC III.

Inicialmente, consideramos que a metodologia de chegada nos territórios precisa construir esse sentimento do porquê da abordagem territorial: por que conceber o território? Qual é o objetivo do retorno dessa abordagem (considerando o histórico do PDHC I¹)? Qual é a importância de desenharmos e implementarmos um PDHC III a partir da abordagem territorial? Quais são os elementos e atores chave para envolvermos nessa construção?

A abordagem territorial combina a **proximidade social (por isso os municípios com afinidades e proximidades)**, que favorece a solidariedade e a **cooperação**, com a

¹ A primeira fase do PDHC (2000 a 2010) foi implementada em oito territórios rurais seguindo uma abordagem territorial. Em cada território foi criada uma Unidade Local de Supervisão (ULS), integrada por técnicos que realizaram o acompanhamento das atividades do projeto e a articulação com as comunidades e instituições governamentais e não governamentais atuantes no território. O projeto fomentou a criação de Comitês Territoriais e formou equipes de mobilizadores para articular beneficiários, organizações sociais e instituições de governo (federais, estaduais e municipais) na gestão social das ações e das políticas públicas. Maiores detalhes sobre a metodologia utilizada no PDHC I podem ser encontrados no Relatório Final do Projeto.

diversidade de atores sociais, melhorando a **articulação dos serviços públicos** (para além das políticas públicas para agricultura familiar), organizando melhor o acesso ao **mercado interno**, chegando até ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a **coesão social e territorial**, verdadeiros alicerces para o capital social (SDT, 2003).

A **abordagem territorial** é uma perspectiva que coloca o território no centro do planeamento e desenvolvimento de estratégias, promovendo a **articulação das políticas públicas**. A abordagem territorial possui também uma **visão integradora do espaço**, dos atores, das políticas, respeitando a **diversidade**, as necessidades e **demandas específicas** dos grupos, organizações e/ou comunidades.

A abordagem territorial contempla, entre outros, os seguintes **princípios**:

- **Múltiplas Dimensões:** o território é visto de forma integrada, considerando aspectos económicos, sociais, ambientais, culturais e políticos;
- **Participação social e governança:** o território deve envolver a participação ativa de diferentes atores locais, como órgãos de governo, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, entre outros, proporcionando articulação e cooperação entre os diferentes níveis de governo e sociedade;
- **Desenvolvimento endógeno:** a estratégia reconhece, respeita e valoriza as especificidades culturais e históricas das pessoas e coletivos que ali vivem e, partindo dessa premissa, estimula o fortalecimento das potencialidades locais, incentivando o acesso a recursos e o fortalecimento dos sistemas produtivos a partir do diálogo e da construção coletiva. Essa estratégia estimula a **autogestão** e a **sustentabilidade do processo**, uma vez que os atores envolvidos se apropriam dos processos;

- **Sustentabilidade:** buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental para garantir a sustentabilidade do território a longo prazo, fomentando inclusive a **inovação e a adaptação** conforme mudanças no contexto socioeconômico e ambiental;
- **Equidade territorial:** vislumbra reduzir as desigualdades regionais, com um desenvolvimento de oportunidades mais equilibrado nos territórios;
- **Diversidade:** reconhece e respeita as diversas especificidades dos sujeitos do território, de raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião ou status socioeconômico.

Estes **princípios** contribuem para orientar as políticas públicas e ações voltadas para o fortalecimento dos territórios como espaços de vida, dinâmicos e sustentáveis.

O PDHC III adota a **abordagem territorial**, visando o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza rural, considerando as especificidades socioeconômicas, ambientais e culturais nos territórios, trabalhando suas **múltiplas dimensões**. O projeto atua diretamente em áreas de vulnerabilidades sociais, buscando diminuir as desigualdades nos territórios, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a segurança alimentar e nutricional.

O PDHC concentra-se em regiões do semiárido, **respeitando as características locais**, como o clima, a disponibilidade de recursos hídricos, os saberes e práticas produtivas das agricultoras e agricultores, em especial dos povos e comunidades tradicionais. Como o semiárido é uma região de condições climáticas desafiadoras, a **abordagem territorial** permite implementar estratégias de convivência com o semiárido a partir de sua rica diversidade socioambiental, fomentando as tecnologias sociais adaptadas à agricultura familiar com foco na **sustentabilidade e resiliência climática**.

No que tange à **participação e desenvolvimento endógeno**, o PDHC envolve agricultores familiares, assentados/as da reforma agrária, do crédito fundiário,

povos e comunidades tradicionais, mulheres e jovens, além de organizações locais e gestores públicos na construção das ações, buscando garantir soluções adequadas às necessidades dos territórios, valorizando os saberes tradicionais, as potencialidades produtivas locais e promovendo práticas para a transição agroecológica.

A abordagem territorial deve possibilitar um **planejamento territorial participativo do PDHC** para a integração das ações, se complementando e se inserindo num conjunto mais amplo de políticas públicas atuantes no território. Nesse sentido, o PDHC articula diferentes programas e ações governamentais, políticas de desenvolvimento rural, meio ambiente, assistência técnica e inclusão socioprodutiva.

Ao adotar a abordagem territorial, o PDHC III busca garantir que suas ações sejam mobilizadoras de recursos em todas as dimensões e que tenham impacto duradouro na vida das comunidades rurais.

3. Sugestões para o processo participativo de desenvolvimento da metodologia.

O próprio processo de desenvolvimento da metodologia da abordagem territorial do PDHC III, previsto na meta 1 do TED SFDT-UFRPE, suscita elementos de reflexão a serem considerados em sua construção coletiva. **A equipe do PDHC na SFDT espera ter uma participação ativa** no processo de desenvolvimento da metodologia, uma vez que ela servirá de referência para todos os instrumentos de planejamento e implementação do PDHC III, e não apenas nas ações previstas no TED com a UFRPE.

Nesse sentido, entendemos que será fundamental estabelecer um **fluxo e um cronograma de trabalho conjunto entre SFDT e UFRPE** para essa construção. Além disso, devemos planejar o envolvimento de outros atores ao longo do processo de desenvolvimento da metodologia, de outros setores do MDA, de

movimentos sociais e organizações da sociedade civil, de representações dos próprios territórios e das universidades.

Esse processo deve ser planejado e estruturado de forma a garantir a colaboração efetiva de todos os envolvidos, promovendo transparência, inclusão e eficácia.

Abaixo apresentamos alguns elementos para a reflexão coletiva sobre o processo de desenvolvimento da metodologia:

Definição de Papéis e Objetivos

- Papéis e responsabilidades: assegurar que o grupo envolvido no desenvolvimento da metodologia (meta 1 do TED SFDT-UFRPE) entenda bem seu papel e responsabilidades no processo.
- Propósito do processo: deixar claro qual é o objetivo da metodologia e o que se espera alcançar.

Comunicação e Transparência

- Canais de diálogo abertos: estabelecer mecanismos de comunicação claros e acessíveis entre todos os atores (SFDT, UFRPE, Superintendências do MDA nos estados e comunidades e organizações territoriais), garantindo que informações fluam de maneira ágil e compreensível.
- Informações acessíveis: compartilhar dados, documentos e decisões de forma clara e acessível a todos.
- Registro do processo: documentar todas as etapas, decisões e contribuições para referências futuras.

Participação Inclusiva e Diversidade

- Diversidade de perspectivas: garantir a participação de pessoas com diferentes experiências, conhecimentos e visões, em diálogo com a SFDT.
- Mediação neutra e eficiente: assegurar que todas as vozes sejam ouvidas e que haja equilíbrio entre os diferentes atores.

Construção Coletiva e Colaboração

- **Cocriação:** envolver os participantes na elaboração da metodologia, não apenas na validação final.
- **Espaço para debate:** permitir discussões abertas e críticas construtivas.
- **Flexibilidade e Adaptação:** prever ajustes durante o processo, estando abertos a mudanças e adaptações com base no retorno recebido.
- **Cronograma:** estabelecer etapas claras e realistas para o desenvolvimento da metodologia, considerando as expectativas da SFDT/MDA em relação aos prazos para a utilização da metodologia nos demais instrumentos do projeto no primeiro semestre de 2025.

4. Sugestões para a metodologia ativa e participativa de atuação territorial do PDHC III.

A expectativa é que a metodologia da abordagem territorial do PDHC III seja capaz de dar voz às comunidades locais, que envolva organizações territoriais públicas e da sociedade civil, que o processo de escuta seja bem estruturado e, por fim, que a identificação das necessidades seja feita de maneira participativa. Deve-se estimular a autonomia local, contribuindo para que o território consiga organizar suas prioridades e se sinta parte do processo de mudança.

A metodologia deve buscar equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, econômica e social, compreender a importância da preservação dos recursos naturais e ao mesmo tempo promover a autonomia econômica, respeitando as singularidades e tradições das comunidades que vivem ali.

Essencial lembrar que parte importante do desenho das políticas do PDHC é o foco dado aos **públicos específicos e prioritários**, como agricultores e agricultoras em situação de pobreza e extrema pobreza, mulheres, juventudes, PCTs, LGBTQIA+ e assentados/as da reforma agrária e do crédito fundiário. Portanto, parte considerável das ações e atividades devem ser pensadas de acordo com as suas necessidades e demandas.

Entende-se que para uma boa fluidez das ações faz-se importante que haja **canais de comunicação** bem estabelecidos para divulgação de informações, encaminhamentos e atualizações, que permitam o fluxo contínuo de informações entre os diferentes atores locais, incluindo reuniões, boletins informativos, rádio comunitária, redes sociais, entre outros. É preciso também promover a **transparência nas decisões e no uso dos recursos**, garantindo que a comunidade tenha acesso à informação sobre os processos, destinação dos recursos e resultados das ações implementadas.

Ademais, a metodologia deve criar estratégias que estimulem o fortalecimento das **redes de cooperação e redes sociotécnicas** e estabeleçam conexões com as demais políticas e projetos já em andamento no território (não apenas as desenvolvimento agrário, mas da educação, saúde, infraestrutura, cultura, entre outras.) junto às prefeituras, bancos, ONGs, governos estaduais. É importante conhecer e reconhecer as demais estratégias de desenvolvimento territorial sustentável vigentes para se planejar e implementar as ações do PDHC III de modo articulado.

Devemos ser capazes de monitorar as entradas e saídas de organizações dos colegiados, de sistematizar informações de **programas e projetos em andamento** como Agroamigo, PRONAF B, PAA, PNAE, entre outras, identificando gargalos e pontos de melhoria, buscando complementariedades e sinergias. Além disso, deve-se identificar metodologias de mapeamento e monitoramento que têm sido feitas por outros atores territoriais, como associações, ONGs, prefeituras e outros projetos, que possam contribuir para o desenvolvimento da gestão de dados do PDHC.

Sugere-se uma metodologia que também incentive a formulação ou qualificação de novos projetos a partir das demandas dos territórios, alimentando um banco de projetos com as necessidades de cada território, além de sugerir/indicar parceiros para a sua implementação.

Para o fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação no âmbito do território, especialmente dos Colegiados Territoriais enquanto espaço privilegiado de gestão social das políticas públicas, sugere-se:

- ✓ Construir juntamente com os atores locais uma compreensão sobre o atual contexto do Colegiado Territorial (CODETER): Encontra-se mobilizado? Quais são suas diferentes instâncias de deliberação (Câmaras Técnicas, núcleo diretivo, etc.)? Qual é a representatividade dos diferentes segmentos da agricultura familiar e do poder público do território?
- ✓ Quais ações devem ser realizadas para conectar os atores locais (Institucionalidades) ao CODETER, quais avanços podem ocorrer?
- ✓ **Quais desafios precisam ser superados na DIMENSÃO SOCIAL, ECONÔMICA, DIMENSÃO SOCIOCULTURAL, DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL e RESILIÊNCIA CLIMÁTICA, ou seja,** parte do particular, das demandas dos atores sociais locais, para alimentar a formulação na definição das diretrizes e opções estratégicas do desenvolvimento territorial
(adaptado a partir da indicação da SDT, 2003).

Para além disso, a metodologia deve ser planejada considerando sua **sustentabilidade e continuidade**. Isso implica em adotar medidas que instituem ou aprimorem a gestão da documentação dos colegiados, ser capaz de diagnosticar as limitações administrativas, reformular regimentos, elaborar ou atualizar os Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PDTRS), adequar e validar modelos de gestão, auxiliar no planejamento estratégico de longo prazo.

Além disso, é importante uma atenção especial para os processos formativos continuados dos sujeitos dos territórios objetivando maior intimidade com as burocracias públicas e documentação das organizações, investindo no

fortalecimento de técnicas organizacionais e de gestão das comunidades para viabilizar o seu acesso a diferentes fontes de financiamento público.

É importante também identificar se existem outras institucionalidades semelhantes no território, além do Colegiado Territorial, e identificar ausências e exclusões nos colegiados territoriais de forma a fomentar a participação com ações preliminares de sensibilização e mobilização realizadas e o estágio de organização e envolvimento em que os atores do território se encontram, proporcionando as condições fundamentais para iniciar o processo de planejamento participativo.

Entende-se que o **monitoramento das ações** é fundamental para que a metodologia seja robusta e sólida. A estratégia de monitoramento deve ser capaz de prover dados do PDHC III ao longo do tempo e do espaço, fornecendo subsídios para analisar as diferentes variáveis de resultado previstas no Marco Lógico do PDHC III, além de outras políticas públicas elencadas como prioritárias para a integração das ações, e permitir ajustes e correções de rumo, inclusive no aprimoramento dessas políticas públicas.

Ademais, considera-se importante que o processo de implementação da metodologia de abordagem territorial – todo o processo de “chegada” nos territórios e as intervenções relacionadas à promoção da participação social e de fortalecimento das redes de cooperação para incidirem na gestão social das políticas públicas - seja avaliado em termos de eficácia e efetividade. A intenção é que haja um registro sobre as transformações na realidade social a partir das intervenções do projeto a partir dessa metodologia e, com isso, demonstrarmos para gestores/as e sociedade em geral os benefícios de se atuar por meio da abordagem territorial. Dessa forma, o PDHC também contribuirá para o fortalecimento da abordagem territorial na implementação de outras políticas públicas.

Também devem estar bem definidos os papéis dos diferentes agentes mobilizados e custeados pelo PDHC nos territórios para implementar a metodologia de atuação territorial do Projeto: Agentes de Desenvolvimento Territorial Sustentável (ADTSs), Jovens Comunicadores Rurais, Articuladores Estaduais, entre outros. A metodologia deverá, portanto, explicitar o arranjo de implementação do PDHC III territorial por meio de cada um desses atores custeados pelo Projeto, inclusive para possibilitar a sua replicação - e adaptação - a outros territórios por meio de outras parcerias.

Espera-se que o relatório final da metodologia (submeta 1.1. do TED) possibilite uma compreensão holística do arranjo territorial do PDHC para qualquer outra ação que vier a ser implementada pelo Projeto, pelas mais diversas parcerias, garantindo que estejam integradas à metodologia territorial do PDHC.

Por fim, espera-se que o relatório final contendo a proposta de metodologia de abordagem territorial do PDHC III responda, entre outras, às seguintes perguntas:

- Como o PDHC III, através dos/as agentes territoriais e demais profissionais mobilizados pelo projeto, deve atuar no sentido de fortalecer os Colegiados Territoriais, aumentando a frequência de suas reuniões e tornando-os espaços mais representativos, incluindo mulheres, jovens, PCTs, assentados/as, representantes das prefeituras municipais, de consórcios intermunicipais, EMATERs, instituições de ensino e pesquisa, entre outros, possibilitando sua incidência nas ações do projeto e na gestão social das políticas públicas?
- Como o PDHC III deverá atuar em cada um dos diferentes cenários de organização dos Colegiados Territoriais, desde colegiados já organizados e com uma frequência razoável de reuniões, passando por aqueles que não se reúnem há muito tempo ou com baixa representatividade de alguns dos segmentos prioritários do projeto?

- Como o PDHC III poderá contribuir para a articulação das mais diversas institucionalidades de governança territorial (Conselhos Municipais, Comitês de Bacia Hidrográfica, Consórcios Intermunicipais, redes de agroecologia, etc.) com os Colegiados Territoriais?
- Qual deverá ser a metodologia para a realização de um planejamento territorial participativo do PDHC III e do monitoramento e avaliação processual de suas ações nos Colegiados Territoriais? E como a elaboração desse planejamento do PDHC em cada território deverá dialogar com a elaboração ou atualização dos Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTS)? Tudo isso considerando o objetivo de integrar as ações do PDHC às demais ações e políticas implementadas no território, tanto pelo Governo Federal quanto por estados e municípios.
- Qual deve ser a estrutura mínima em termos de equipe (o organograma, especificando responsabilidades de agentes contratados e de servidores do MDA; e o fluxograma, especificando as relações entre esses agentes e servidores na circulação da informação, alinhamentos e tomadas de decisão) e de custeio para que o PDHC III possa efetivamente cumprir seu objetivo de integrar as políticas públicas nos territórios com participação social?
- Quais instrumentos devem ser utilizados ou desenvolvidos de modo a possibilitar a gestão da informação e o monitoramento efetivo das ações territoriais implementadas pelo PDHC III? Tudo isso levando em consideração a relação entre os três níveis de governança do PDHC III: a) nível territorial, nos Colegiados Territoriais; b) nível regional, no Conselho Regional; c) nível federal, no Comitê Gestor.

4.1. Elementos que podem orientar os procedimentos metodológicos.

Os pontos elencados a seguir devem ser interpretados como ações, que orientem a construção de procedimentos metodológicos a serem adotados pelo PDHC. Esses pontos não seguem, necessariamente, uma ordem cronológica de execução. Alguns serão cumpridos de forma associada e outros representam desafios permanentes, que não se resolvem com uma ação pontual. Eles incorporam também elementos da fase de diagnóstico, etapa primeira de qualquer processo de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável, os quais podem ser operados com a adoção de metodologias participativas.

1- Analisar as organizações que compõem os Colegiados Territoriais, identificando sobreposições, ausências e exclusões de representações a serem suplantadas ao longo de tempo. Nesse processo convém ter em mente a relevância de integrar nos Colegiados Territoriais organizações que fortaleçam os laços sociopolíticos entre atores territoriais rurais e urbanos, a participação de mulheres e jovens, bem como contemplar a diversidade social da agricultura familiar;

2- Identificar a existência de agentes de DTS de forma a implementar medidas que articulem ações de agentes de distintas organizações, a exemplo dos governos estaduais, Banco do Nordeste (agentes de microcrédito) e de outros Ministérios;

3- Recuperar os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTs) da política anterior do MDA e dos governos estaduais que adotam a política territorial, com o propósito de definir na instância dos Colegiados Territoriais procedimentos para atualizar o PDTs;

4- Inventariar projetos coletivos financiados pelo Proinf, emendas parlamentares, políticas estaduais, outros entes federados e empresas privadas (compensações socioambientais), com avaliação dos resultados alcançados, problemas

enfrentados, relacionados a eventuais fragilidades operacionais ou de coordenação, e necessidades de reestruturações organizacionais e técnicas;

5 - De forma concomitante à prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para sistemas produtivos específicos existentes nas unidades agrícolas familiares, considerar a concepção de novos projetos na esfera familiar, mas com potencial para ações coletivas;

5.1 – Priorizar ações associadas à qualificação da produção tanto para o autoconsumo familiar quanto para a comercialização, tendo por orientação os preceitos agroecológicos e o fortalecimento de canais de comercialização de mercados territoriais (feiras, mercados públicos, vendas diretas ao consumidor, circuitos informais, mercados privados, etc);

5.2 – Identificar modalidades de processamentos de produtos agroalimentares e de artesanato realizadas nas unidades agrícolas familiares, com estruturas próprias para essas atividades ou nas cozinhas domésticas, bem como aqueles efetuados em unidades coletivas ou públicas;

6 - Analisar as legislações municipais referentes à vigilância sanitária para processamento de produtos alimentares, priorizando o diagnóstico dos Serviços de Inspeção Municipal (SIM) e de consórcios públicos intermunicipais multifinalitários, que atuem ou possam atuar nessa área. Considerar a possibilidade de deflagrar um processo de construção de serviços territoriais de inspeção sanitária e a adoção de marcas coletivas, coordenadas pelos consórcios ou por organizações da sociedade civil;

7 - Monitorar os acessos a políticas públicas produtivas e assistenciais, de forma a priorizar os serviços de ATER às famílias do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Compreender como estão sendo operados, em especial, o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste, que executa o Pronaf B, e o PAA/PNAE, identificando gargalos que dificultam uma maior abrangência dessas políticas

8 – Inventariar atividades já existentes de turismo de base comunitária (festas e gastronomias típicas, folclores, festivais, etc) ou potencialidades (paisagens, recursos naturais, eventos históricos, inscrições rupestres, patrimônio arquitetônico etc.) para promover essa modalidade de turismo, associadas a produtos e outros serviços de qualidade dos territórios;

9 – Para além dos Colegiados Territoriais identificar outras institucionalidades que contribuem na constituição de um sistema policêntrico de governança territorial. Por sistema policêntrico entende-se a existência de múltiplos centros de tomada de decisão, que em geral atuam de forma independente, mas que podem ser articulados para estabelecer parcerias pontuais ou duradouras;

10 – Outras orientações teórico-metodológicas podem ser implementadas caso se considere relevante incorporar nas ações do PDHC o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. A maioria dos pontos anteriores tem por referência esse enfoque, que se orienta pela ideia de promover uma oferta heterogênea de produtos e serviços territoriais de qualidade, que valorizem recursos específicos (materiais e simbólicos);

11 – No âmbito estadual definir mecanismos para que o PDHC se integre ou se articule com as ações de políticas territoriais de governos estaduais e com as instâncias em fase de construção pela Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência (SNPS/SGPR): i) Fórum de gestores federais nos estados e ii) Núcleos estaduais responsáveis por empreender ações de participação e educação popular associadas às políticas públicas do Governo Federal;

12 – Planejar ações de formação de diferentes categorias de atores territoriais integradas com iniciativas de outros entes federados, do governo estadual e instituições de ensino presentes ou que atuam no território (Universidades, Institutos Federais, Casas Família Agrícola, etc);

13 - Articular as atividades formativas com as ações de construção do Centro de Inteligência da SFDT/MDA, em especial no que se refere à recuperação do Sistema de Informação Territorial, que permite a entrada de dados por parte de organizações territoriais, como o registro de ações realizadas nos territórios e coordenadas pelos Colegiados Territoriais.

5. Referências bibliográficas.

CAZELLA, Ademir Antônio. Abordagem territorial do PDHC: sugestões de ações orientadoras e procedimentos metodológicos. Documento interno da SFDT/MDA, 2024.

BRASIL. Colegiados Territoriais: Guia para a Organização Social dos Territórios Campos e Lagos, Vale do Ribeira, Alto Uruguai, Agreste, Raposa Serra do Sol e São Marcos. Documentos de Apoio 5. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Brasília, 2010.

BRASIL. Referências para a gestão social de territórios rurais. Série Documentos Institucionais. Brasília, SDT/MDA, 2005.

BRASIL. Série Documentos SDT: número 01 “Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil” Publicado pelo CONDRAF como Texto para Discussão número 4 do NEAD/MDA em outubro de 2003. Revisado e republicado pela SDT/MDA em março de 2005.

BRASIL. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. Guia para o Planejamento DOCUMENTO DE APOIO Nº 02 02/2005. Publicado pela SDT/MDA em outubro de 2005.

BRASIL. Relatório de Conclusão do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC I). Publicado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e SDT/MDA em setembro de 2010.